

A VEZ DOS COMBUSTÍVEIS

Flávia Filipini
Da equipe do **Correio**

Os brasileiros talvez precisem gastar mais também para encher o tanque do carro a partir do dia 1º de fevereiro. Dessa vez, a culpa será do aumento — em um ponto percentual — na carga tributária de refinarias e distribuidoras. A esperança do consumidor é o governo, que poderá segurar o impacto nos postos, reduzindo os preços dos produtos nas refinarias.

A Secretaria de Acompanhamento Econômico (SAE), porém, calcula que mesmo no caso de o repasse não ser absorvido, o efeito cascata na elevação das alíquotas do PIS e da Cofins (cobrado de maneira acumulada nas refinarias, distribuidoras e postos) não passaria de 3%. Pode ser inclusive menor, dependendo do combustível, do posto ou da região.

O cálculo da SAE coincide com o dos revendedores. Segundo a Federação do Comércio Varejista de Combustíveis (Fecombustível), o aumento ficará entre 2% e 3%. No Distrito Federal, o preço da gasolina subiria,

em média, de R\$ 0,922 para R\$ 0,949.

“Se o governo não segurar, teremos que repassar integralmente. Num momento delicado como esse, aumentar o combustível era tudo que o país não precisava”, disse o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis no DF (Sindipetro), Carlos Recch.

O sindicalista lembra que a elevação no valor dos combustíveis pode justificar uma série de aumentos de preços no comércio. “Começa pela transportadora de cargas e termina nas prateleiras dos supermercados. É um prato cheio para os espertinhos.”

Enquanto o governo não decide se pagará a conta, técnicos do Ministério da Fazenda explicam que o reajuste é legal. Eles lembram, entretanto, que o governo poderá punir os postos que vierem a uniformizar os reajustes. A prática caracteriza formação de cartel, irregularidade prevista na legislação que rege a livre concorrência.

Em dezembro, a Agência Nacional de Petróleo (ANP) levantou a suspeita de cartelização no DF. Por isso, os 274 postos da capital estão sendo fiscalizados pela Secretaria de Direito Econômico (SDE) do Ministério da Justiça, em parceria com ANP e com o Ministério Público. Mas, segundo Recch, não há motivo para tanto alarde.

“Nossos preços são bem diferentes, apesar de 32% de nossos postos pertencerem a uma única rede (Gasol)”. De acordo com Recch, essa diferença pode ser percebida facilmente nos postos de combustíveis próximos ao Aeroporto Internacional de Brasília. “Enquanto o posto BR cobra R\$ 0,929 pelo litro de gasolina, o da Shell oferece o produto por R\$ 0,892.”

Os técnicos da SAE informaram, também, que o governo poderá agir em caso de aumentos abusivos e injustificados.

Isso ocorrerá se o percentual de reajuste adotado pelos postos for maior que o aumento nos custos. Nesse caso, os consumidores deverão reclamar junto aos Procons. Já a SAE poderá encaminhar uma representação contra preços abusivos à SDE. Recch alerta seus associados sobre os

preços abusivos. Ele teme que o “disse me disse” sobre o aumento do combustível resulte em precipitação. “A ordem é esperar e repassar apenas o que for necessário.”

Mesmo que o preço do combustível suba em até 10%, as tarifas de táxi não serão reajustadas. O presidente do Sindicato dos Taxistas do Distrito Federal, Valmir Gomes Castro, garantiu ontem que a categoria não reivindicará qualquer repasse do aumento de custos. “Vamos absorver mais esse aumento, mesmo que chegue a 10%.” Ele lembra que os taxistas também absorveram o reajuste (entre 10% e 13%) de dezembro, quando o governo eliminou os subsídios.

Segundo Castro, a tarifa de táxi — com bandeirada de R\$ 3,30 — não sofre reajuste há três anos e meio. O sindicalista afirma que a categoria não tem alternativa, já que os consumidores não aguentariam pagar mais caro. “Não adianta aumentar o preço e ficar sem corrida na praça.”

“SE O GOVERNO NÃO SEGURAR, TEREMOS QUE REPASSAR INTEGRALMENTE. NUM MOMENTO DELICADO COMO ESSE, AUMENTAR O COMBUSTÍVEL ERA TUDO QUE O PAÍS NÃO PRECISAVA”

Carlos Recch,
presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis no DF